

Os usos do *Almanack Laemmert* para o estudo da cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites (c. 1907-1936)

The uses of *Almanack Laemmert* for the study of the city of Pelotas, its inhabitants and its elites (c. 1907-1936)

Jonas Vargas¹
Jéssica Rodrigues Peres²

Resumo: No presente artigo utilizaremos dados extraídos dos Anuários Estatísticos presentes nos *Almanacks Laemmert*, nos anos em que existem esse tipo de informações para a cidade de Pelotas. Ainda muito pouco utilizados pela historiografia rio-grandense, os *Almanacks* têm recebido a atenção de muitos pesquisadores, em trabalhos com temáticas e tratamentos metodológicos variados. Nesse texto analisaremos a presença de profissionais e outros indivíduos com atividades econômicas realizadas pelas elites da cidade, assim como as mudanças e permanências de tais traços ao longo do período e as possibilidades e os limites da fonte para tal empreendimento.

Abstract: This paper approaches data extracted from the Statistical Yearbooks found in issues of the *Almanack Laemmert* in which there is information about the city of Pelotas. The *Almanacks* are still rarely used by historiographers in Rio Grande do Sul. However, these publications have received attention from many researchers, appearing in studies with a variety of themes and methodologies. This text analyzes the presence of professionals and other individuals with economic activities carried out by the elites of the city, the changes in and the permanence of such aspects over the period and the possibilities and limitations of the historical source for such studies.

Introdução

Ao longo de todo o século XIX, Pelotas foi uma das cidades mais importantes do sul do Brasil. Principal produtora de carne-seca do Império, suas elites escravistas alcançaram notáveis níveis de riqueza, poder político e prestígio social. Com a crise do setor charqueador, entre as décadas de 1870 e 1880, a economia do município passou por uma série de inversões de capital que tornaram a sua matriz produtiva um pouco mais diversificada. Já no século XX, no meio urbano, as indústrias foram acompanhadas pelo crescimento do setor bancário e mercantil, enquanto no meio rural, a pecuária viu-se lado a lado com o plantio do arroz e o surgimento de novas culturas, com destaque para aquelas que fomentaram a indústria doceira na região. Na cidade, notabilizavam-se os cafés, restaurantes, teatros, livrarias, época em que os moradores da urbe já contavam com a Escola de Agronomia e Veterinária e a Faculdade de Direito, além de um grande número de associações, clubes e jornais. Desnecessário complementar que tais fenômenos colaboraram com um maior crescimento populacional,

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da UFPel. Esta pesquisa faz parte do projeto “XX”, que conta com financiamento da FAPERGS.

² Mestranda do PPG-História da UFPel.

urbanização e a consequente diversidade de profissionais que protagonizavam o dia a dia de suas ruas e avenidas mais centrais.³

Contudo, ainda sabemos muito pouco a respeito de tal processo e toda e qualquer pesquisa que traga novas informações e fontes documentais a respeito do mesmo merecem ser analisadas. No presente artigo utilizaremos dados extraídos do Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil” presente na coleção dos *Almanacks Laemmert*, nos anos em que existem esse tipo de informações para a cidade de Pelotas.⁴ Ainda muito pouco utilizados pela historiografia rio-grandense, os *Almanacks* têm recebido a atenção de muitos pesquisadores, em trabalhos com temáticas e tratamentos metodológicos variados. Desde estudos que buscam analisar a vida cultural nas principais cidades brasileiras nos séculos XIX e início do XX até pesquisas preocupadas com o sistema educacional e os aspectos socioeconômicos da época, os *Almanacks* também ajudam a suprir a carência por fontes estatísticas no período.

Os irmãos Eduardo e Heinrich Laemmert nascidos na Alemanha, foram os vanguardistas a instaurar no Brasil um mercado livreiro e tipográfico, quando em 1838 fundaram a *Livraria Universal* e a *Tipografia Laemmert* (na época grafada como *Typografia Laemmert*), ambas no Rio de Janeiro. Anterior a este período, existia apenas a Imprensa Régia (filial de uma editora já existente em Lisboa, fundada em 1808 com a chegada da corte na América portuguesa) que publicou o primeiro jornal da colônia “*A Gazeta do Rio de Janeiro*” – que tinha como principal função publicar notícias da família de Bragança e da política internacional, sendo restrito ao acesso de pessoas ligadas a corte. Os irmãos Laemmert lançaram vários autores brasileiros, como Machado de Assis e Euclides Cunha, diversos recursos de informações, como mapas e guias de bolso, além de um dos mais importantes almanaques brasileiros do período (LIMA, FIGUEIREDO, CIDRINI, 2015).

O *Almanack Laemmert* foi lançado em 1844, tendo publicações anuais até 1943. O almanaque resistiu ao afastamento de seu fundador, Eduardo, dos negócios da família Laemmert em 1870, que ficou sendo administrado pelo irmão Heinrich e os seus dois genros, até a sua morte em 1909. Como o próprio nome já diz, o almanaque trazia informações administrativas de diversos setores das cidades do Império e da Corte, informações de espaços de lazer, culturais, religiosos (colégios privados e públicos, aulas avulsas, sociedades de

³ Para um resumo desse processo ver MAGALHÃES (1998), LONER (2016), ANJOS (1996), VARGAS (2016).

⁴ A coleção está disponível online no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com o título “Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)”. Ver <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

leitura, instituições religiosas, associações, além de possuir textos literários, humorísticos etc.), informações de todo tipo de espaço comercial e industrial, além de profissões liberais e públicas, sendo muito desse conteúdo publicado por meio de anúncios. Desta forma, o almanaque pode ser caracterizado como uma espécie de mapeamento profissional e socio-ocupacional das cidades brasileiras para o período de sua publicação (LIMEIRA, 2007).

Os almanaques já circulavam em outras localidades da Europa, por exemplo, desde o século XVI, de diferentes formatos e conteúdo, mas foi a partir do oitocentos que esse tipo de impresso expandiu o seu mercado. No Brasil, foi no século XIX também que a produção impressa tomou força, mais precisamente na província do Rio de Janeiro, onde boa parte deles era produzido. Essa maior disseminação do material impresso está ligada aos diferentes movimentos sociais, políticos e culturais que foram vividos durante o século, mas duas mudanças foram essenciais para o crescimento da imprensa no Brasil: um novo arranjo no mercado da tipografia e das livrarias, que além de diversificar mais o conteúdo dos textos publicados, tornaram acessíveis esse produto também no preço cobrado, atingindo assim uma parcela maior da população, e não só a aquela relacionada com a erudição. E não menos importante, o fato do aumento significativo de tipografias, livrarias e editoras, que prosperaram para atender a demanda de um novo consumo de material impresso que estava sendo adotada pela sociedade (LIMEIRA, 2007, p. 22-32).

Assim sendo, o presente artigo busca utilizar alguns dos dados contidos nos *Almanacks Laemmert* para o estudo da sociedade pelotense e de suas elites nas primeiras décadas do século XX. Num primeiro momento iremos caracterizar Pelotas na passagem do século XIX para o XX, assim como algumas das principais transformações sofridas pela cidade no contexto estudado. Após as mencionadas considerações, analisaremos as informações sobre os estabelecimentos e os profissionais pelotenses arrolados no *Almanack* de duas maneiras. Primeiramente, trataremos de rastrear as principais atividades de atuação das elites, perseguindo e construindo trajetórias empresariais, sempre atentando para as permanências e mudanças entre os anos estudados. Posteriormente, iremos analisar somente um desses anuários de forma mais profunda, objetivando uma investigação mais complexa das estatísticas presentes na fonte.

Pelotas nas primeiras décadas do século XX e os dados do *Almanack*

A origem de Pelotas está diretamente ligada ao surgimento das primeiras charqueadas escravistas no final do século XVIII. O charque tinha como um dos principais destinos as

plantations açucareiras e cafeeiras do Brasil, constituindo-se em produto fundamental na dieta dos escravos das mencionadas unidades produtivas. A riqueza e prestígio alcançados pelas elites pelotenses na segunda metade do oitocentos também tinha íntima relação com o mesmo complexo fabril que, no interior de um sistema econômico mais amplo, ainda incluía a criação extensiva e as redes mercantis marítimas.

No entanto, a crise das charqueadas escravistas, que se iniciou na década de 1870 e se concretizou na década posterior, anunciou uma nova etapa na sociedade e economia pelotenses.⁵ O processo que levou ao fim da escravidão trouxe dura crise às charqueadas escravistas, mas não aos estabelecimentos em si. Utilizando-se de mão de obra assalariada, eles continuaram funcionando com vigor, ampliando a sua produção e atendendo a uma demanda crescente pelo produto. No entanto, nessa nova etapa (primeiras décadas do século XX) eles já não tinham em Pelotas seu principal núcleo fabril. Na virada do século começaram a surgir novos estabelecimentos em diversos municípios da fronteira sul, do planalto norte e até mesmo da serra gaúcha, colaborando para uma maior diversificação do setor.⁶ Assim sendo, as exportações continuaram a crescer porque o fim da escravidão não alterou as condições alimentares dos ex-escravos de forma drástica. Além do mais, o charque sempre fez parte da dieta das populações pobres das grandes cidades brasileiras e nunca foi comida exclusiva dos escravos. Tratando-se de uma proteína barata, pouco perecível e de fácil acesso, ela continuou alimentando parte das classes trabalhadoras por décadas (VARGAS, 2014).

Assim sendo, se Pelotas possuía 38 charqueadas em 1880, este número cairia para 18 em 1890, refletindo o impacto da crise da mão de obra. Em 1900, o índice caíra para 11 e, em 1920, Pelotas possuía somente 5 charqueadas. Neste processo, quase todas as ricas famílias charqueadoras pelotenses que viveram o auge nos anos 1860/1870 também foram abandonando este ramo dos negócios (VARGAS, 2016). Diante de tais indicadores, não resta dúvida de que, nas primeiras décadas do século XX, Pelotas deixara de girar sua economia entorno do charque, diversificando tais matrizes. Além da charqueada e da agricultura colonial, pode-se perceber também importante inversão na lavoura arrozeira. De acordo com Loner, em 1903, a atividade ligada ao arroz começa a surgir ganhando força em 1907 e ricos fazendeiros começaram a investir nesta produção. A partir dos anos 1920, a agricultura foi mecanizada, demonstrando que a entrada de capitais vinha sendo significativa para os padrões locais (LONER, 2016, p. 36).

⁵ Para maiores detalhes ver VARGAS (2016).

⁶ Para uma análise mais aprofundada, ver VOLKMER (2007) e PESAVENTO (1980).

A dinamização da economia também pode ser representada pela criação do Banco Pelotense (1906), pela instalação do Frigorífico Rio-Grandense (1919) e pela crescente industrialização, todos os três bem alinhados ao capital mercantil da cidade. Todos estes fatores provocaram transformações sociais profundas, como uma acelerada urbanização, a formação de uma classe operária e o investimento financeiro em outras atividades. Pelotas tornou-se ponto de atração para migrações tanto internas quanto vindas do estrangeiro, o que também contribuiu para o crescimento populacional. Se em 1890 ela possuía 41.591 habitantes, em 1910 os mesmos chegavam aos 62.701 e, em 1940, tínhamos 104.553 moradores (LONER, 2016).

Tal incremento populacional exigiu maior eficácia para certos serviços comuns às cidades modernas da época, como o saneamento, os transportes, a comunicação, a urbanização e o abastecimento de gêneros alimentícios.⁷ Além disso, todos esses fatores contribuíram para uma maior diversidade profissional socio-ocupacional, que foi tomando conta da cidade e que se reflete nas fontes documentais analisadas. Como esse crescimento populacional estava aliado à industrialização e à crescente urbanização, é de se supor que em todas as partes do Brasil as autoridades administrativas buscavam mapear de forma cada vez mais eficaz a quantidade e a distribuição de seus habitantes. A própria preocupação técnica e a frequência com o que os recenseamentos populacionais de caráter nacional começaram a ser realizados no país datam dessa época, com a fundação do Instituto Nacional de Estatística, em 1936.

Assim sendo, os *Almanacks* também podem ser vistos como documentos que fazem parte da história das estatísticas no Brasil. Com preocupação mais socioeconômica, eles traziam informações ordenadas por estados e municípios, reunidas em centenas de páginas. Geralmente, o capítulo reservado aos municípios iniciava com informações básicas a respeito dos mesmos. O histórico do município, seus distritos, os limites geográficos, a população, a produção agrícola e pecuária, o nome das autoridades político-administrativas, judiciais e eclesiásticas, entre outros, abriam cada subcapítulo. Além destes, outros dados mais gerais como os índices de exportação e importação, as associações, clubes, sociedades, teatros e empregados públicos de diversos setores também eram listados.

Todas as informações mencionadas acima serviriam para pesquisas diversas. Contudo, nos interessam as páginas posteriores, que iniciam com o item “Comércio, indústria e profissões”. Organizadas por ordem alfabética, o primeiro item destina-se a arrolar os

⁷ Existem muitas contribuições historiográficas a respeito desses processos. Destacamos ANJOS (1996); GOUVÊA (2015); POMATTI (2011); VIEIRA (2005).

“Açougues” da cidade. Depois, seguem os “Advogados”, “Agências”, “Agrônomos”, “Alfaiatarias” e assim por diante. Para algumas profissões eram listadas o endereço do profissional e em poucos casos até o número do telefone do estabelecimento era indicado. Assim sendo, o leitor deve imaginar a mina de dados que pode ser utilizada para diferentes pesquisas, possibilitando uma série de abordagens e temáticas distintas. Existem informações sobre Pelotas nos *Almanacks* dos seguintes anos: 1907, 1908, 1911, 1913, 1915, 1916, 1917, 1918, 1921, 1922, 1924, 1925, 1926, 1930, 1931 e 1938. A seguir exercitaremos a análise no que diz respeito às elites para apenas um ano dos *Almanacks*.

Um olhar sobre os dados do ano de 1914

Observaremos agora os dados de um único ano, ou seja, o do Anuário contido no *Almanack* de 1914. Nesse documento temos um total de 1.533 estabelecimentos arrolados com os nomes dos profissionais ou proprietários dos mesmos. Como foi dito, muitos deles trazem o endereço e alguns até o número do telefone. Tais detalhes permitem não apenas localizar nominalmente os profissionais, como também cartografar parcialmente a localização exata das suas atividades na cidade. Não é possível saber o grau de abrangência dos dados para com o total de profissionais na cidade, ou seja, não sabemos se todas as parteiras, os açougueiros, alfaiates, entre outros profissionais, estão arrolados no *Almanack*. Além disso, a maior parte dos trabalhadores assalariados no meio rural e urbano não foram arrolados, pois não era o objetivo da publicação. Contudo, isso não nos impossibilita o uso do documento como fonte histórica. Como já foi dito, trata-se de uma enorme amostragem dos estabelecimentos e dos profissionais da cidade.

Dentre os 1.533 estabelecimentos e profissionais listados no Anuário de 1914, quais pertenceriam a setores das elites locais? Ou seja, quem estaria no topo da hierarquia social pelotense por concentrar riqueza, prestígio e poder em tal contexto? Separamos alguns subgrupos que poderiam ser indicativos das atividades e profissões realizadas pelas elites do município. A partir de agora trabalharemos com eles: a) profissionais liberais: 65 pessoas (advogados formados, médicos e engenheiros civis); b) elite mercantil/financeira: 161 (bancos, casas de câmbio, agências de seguro e comércio, companhias, casas de importação e importação, comércio atacadista, navegação); c) elites rurais: 36 (arrozais, charque e grandes fazendeiros); d) Grandes proprietários urbanos: 26; e) fábricas: 105 (todas as fábricas e moinhos). Os estabelecimentos/profissionais selecionados somam o número de 380. No

entanto, nem todos devem ser percebidos como pertencentes às elites locais, como trataremos a seguir.⁸

Primeiramente, no grupo A, sabemos que custava muito caro formar um filho em alguma academia imperial. Mas com o advento da República e a maior disseminação do ensino superior, é provável que alguns setores intermediários da sociedade tenham acessado esses espaços de reprodução social caros às elites. Em Pelotas, por exemplo, já existia uma Faculdade de Direito desde 1912, mas ainda não tínhamos alunos formados em 1914. O que importa é que as chances dos advogados, médicos e engenheiros em Pelotas no ano de 1914 serem de grupos familiares que, de alguma forma, tinham acesso privilegiado à riqueza, ao poder político e possuíam prestígio social eram grandes, além do que, adquirir um diploma desses era uma boa forma de se ingressar na elite, adquirindo bons empregos, casamentos, além de certo *status* profissional.⁹

Portanto, iremos considerar esses profissionais como pertencentes às elites da cidade, pois certamente a sua ocupação os conferiam prestígio social e acesso a recursos materiais e imateriais que apenas uma minoria era capaz de possuir. Uma simples olhada em seus nomes e trajetórias nos auxiliam nesse sentido, como por exemplo, os médicos Balbino Mascarenhas, Francisco Simões Lopes, Francisco de Paula Moreira (vereador de 1896 a 1900), Pompeu de Souza (vereador de 1905 a 1908), Joaquim Rasgado (que herdou o nome de seu pai, um rico charqueador), Pedro Luiz Osorio (vereador de 1917 a 1920 e prefeito de 1920 a 1924), Urbano Martins Garcia (vereador no Império) e Edmundo Berchon, que também foi rico estancieiro. No grupo dos advogados temos Alexandre Machado Mendonça, Francisco Carlos de Araújo Brusque, um dos primeiros diretores da Faculdade de Direito, João Py Crespo (vice-prefeito duas vezes), além de outros. Entre os engenheiros civis temos Octacilio Pereira, Manoel Luiz Osorio, Ildelfonso Simões Lopes, Arthur Antunes Maciel (vereador entre 1887 e 1896) e Cipriano Corrêa Barcelos (três vezes intendente de Pelotas). O leitor pode perceber que muitos deles possuem sobrenomes de tradicionais famílias charqueadoras que estavam entre as mais ricas de Pelotas no século XIX (VARGAS, 2016).

No grupo B, a ideia de que todos os estabelecimentos elencados devessem pertencer às elites pelotenses deve ser melhor considerado. Em uma cidade como Pelotas, é provável que todos os banqueiros e ricos comerciantes o fossem, mas é difícil saber a dimensão de suas

⁸ Essa análise foi parcialmente realizada em VARGAS; PERES (2018).

⁹ Em “Os Bruzundangas” (1922), retratando de forma crítica a sociedade e a política brasileira na Primeira República, Lima Barreto considerou que engenheiros, médicos e advogados formavam a “nobreza doutoral da bruzundanga”.

fortunas, podendo ser possível que alguns homens de setores intermediários, ou seja, nem tão ricos, tenham sido classificados como atacadistas, agenciadores e homens de negócios ligados à importação e exportação, por exemplo. As vezes um indivíduo podia diversificar as suas atividades em mais de uma dessas áreas. Pegamos, por exemplo, os incorporadores do Banco Pelotense (1906) (Coronel Alberto Roberto Rosa, Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão do Arroio Grande), Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, Plotino Amaro Duarte e Eduardo Candido Siqueira) e o Coronel Pedro Osório, que chegou a ser seu presidente. Tanto ele, quanto Alberto Rosa e Plotino Duarte acumularam atividades industrial e financeira, denotando uma íntima relação entre ambos os setores. Além disso, Pedro Osório também foi charqueador e arroteiro conceituado no ramo. Trataremos mais desse grupo posteriormente.

No grupo C, se confiarmos no Anuário, Pelotas teria 36 grandes estabelecimentos classificados como “de charqueada”, “fazendas de criação” ou “arrozais”. Não é possível saber se existiram outros grandes estabelecimentos que não foram aqui computados. No que diz respeito às charqueadas, a pouca representatividade das mesmas é confirmada por outras pesquisas, conforme enunciamos no início desse texto. Sobre os arroteiros, ainda são necessários novos estudos para definir se pertenciam todos ao grupo dos mais ricos. Contudo, cremos ser possível considerá-los por momento como pertencentes à um dos grupos da elite local. Outro segmento que se enquadra como elite econômica local são os grandes fazendeiros. No Anuário de 1914, aparecem 16 nomes associados a esse importante setor: Álvaro José Corrêa, Antônio José de Azevedo Machado, que era filho de um charqueador homônimo que havia sido vereador no período imperial, Dr. Antônio Mancio Ribeiro Tacques, médico e vereador entre os anos de 1891-1896, Capitão Antônio Rodrigues Ribas (vereador em 1909-12 e 1913-16), Dirceu Ribeiro Moreira, Edmundo Berchon des Essarts (citado anteriormente como médico), Frontino Vieira da Costa e Silva, Guido Gonçalves Chaves, João Simões Lopes, Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, José Maria Moreira, que herdou o nome de seu pai que fora charqueador e político, Pedro Luiz da Rocha Osorio, entre outros. Não sabemos a dimensão de suas fazendas, nem o quantitativo de produção e/ou criação, mas para constarem nessa pequena relação do Anuário, eles certamente eram fazendeiros de riqueza considerável.

No grupo D estão inseridos os proprietários de prédios urbanos. É provável que alguns deles também fossem proprietários de terras arrendadas. Mas o fato de terem sido destacados no Anuário como um grupo proeminente nos faz pensar que, mesmo sem a indicação de sua riqueza, os mesmos deviam possuir um patrimônio considerável para ser

assim classificado. Além disso, esse é o grupo de elite com a maior presença de mulheres: Zeferina da Luz Lopes (Viscondessa da Graça), Joana Carolina da Rocha, Candida Moreira Maciel (Baronesa de São Luís), Margarida Pinto Duval, entre outras. Viver de rendas de aluguéis era uma boa opção para esta elite, sobretudo em momentos de crises e insegurança para investimentos mais arriscados.

Por fim, o grupo E é o mais problemático de ser analisado no que diz respeito às elites locais. É difícil saber a dimensão da riqueza e da produção dos estabelecimentos identificados como “Fábricas”. Temos nesse grupo as fábricas de chapéus, de cola, de vassouras, venezianas, calçados, cerveja, velas, sabão, carruagens, armas. Não sabemos ainda se possuir uma fábrica dessas colocava automaticamente os seus donos na elite econômica da cidade. O mais provável é que esse grupo fosse profundamente hierarquizado e apenas uma parcela deles pudesse ser vista como membros de uma rica elite local, concentrando riqueza, prestígio e poder. Entre eles estão os já citados Coronel Alberto Rosa, Plotino Amaro Duarte, Pedro Luiz da Rocha Osório e também alguns imigrantes/descendentes que ascenderam socialmente no meio fabril, como Carlos Ritter (cervejaria), Leopoldo Haertel (cervejaria), Francisco Rheingantz (fábrica de chapéus) e Frederico Lang (sabão e velas), por exemplo. No entanto, ainda são necessários mais estudos para compreendermos melhor a importância desses industriais na economia local e qual os seus espaços de atuação na sociedade pelotense da época.¹⁰

Assim sendo, é certo que nem todos os 380 estabelecimentos/profissionais dos 5 grupos aqui descritos pertencessem às elites locais. Suponhamos que algo próximo da metade pudesse atingir esse patamar, reunindo riqueza, poder e/ou prestígio social considerável. Tendo em vista que a população pelotense em 1914 estava próxima das 65 mil pessoas, estamos diante de um seleto grupo que compunha bem menos do que 1% da população local. Por certo que se pensarmos nas suas famílias, ao invés de apenas nos indivíduos proprietários dos estabelecimentos ou os profissionais, esse índice aumenta. Poderíamos somar a eles os ocupantes de cargos políticos e parte da burocracia local. Contudo, este índice dificilmente passaria dos 4% ou 5% da população local. Como temos dados entre as décadas de 1900 e 1930, é possível verificar a flutuação de tais setores, em quais momentos o número de fábricas de determinados bens se desenvolveu mais do que outros, assim como o número de profissionais. Quem se mantém mais no ramo de negócios, quem migra para outro setor e

¹⁰ Para uma análise de parte dessas indústrias, ver SALABERRY (2012). Para um ótimo estudo referente à Rio Grande ver FERRARETO (2017).

quem desaparece das atividades econômicas locais. Não tivemos fôlego para realizar estes e outras análises a partir da fonte considerada. Contudo, nas páginas a seguir, buscamos exercitar algumas dessas reflexões.

Rastreando alguns setores das elites e suas famílias

As possibilidades de pesquisa se ampliam se pensarmos que os anuários estatísticos presentes nos *Almanacks* vão de 1907 a 1936, podendo, portanto, servir para estudos que busquem analisar mobilidade social, diversificação profissional, transmissão de patrimônio, estratégias familiares, entre outros.¹¹ Além do mais, tendo o “nome” em mãos, o pesquisador pode tentar rastrear os profissionais em diferentes documentos, na busca de uma história social mais abrangente (GINZBURG; PONI, 1989). A partir dos sobrenomes das pessoas arroladas, por exemplo, é possível verificar em quais atividades os imigrantes europeus estavam mais presentes. O nome também possibilita verificar possíveis parentescos e atividades realizadas em conjunto. A indicação do endereço possibilita cartografar o exercício de algumas profissões, verificando-se quais as ruas da cidade as concentravam. Com criatividade pode-se realizar uma história social e cultural das profissões, para além da história econômica. Contudo, é sempre bom pontuar que os métodos quantitativos por si só não resolvem muitas as questões evidenciadas. Prestígio social profissional e outros fatores que influíam no recrutamento e nos conflitos entre as elites muitas vezes não são passíveis de serem medidos pelos números. Assim sendo, a metodologia aqui empregada deve ser vista como um ponto de partida, ou seja, um exercício de compreensão acerca da composição social dessas elites no período (CERUTTI, 1998).

Portanto, o material pesquisado nos permite acompanhar as trajetórias de indivíduos ou até mesmo de algumas famílias nos mais diversos ramos de negócios, durante cerca de 30 anos.¹² No que diz respeito às profissões liberais, podemos perceber que entre 1907 e 1938 o seu número cresceu significativamente. Se em 1907, Pelotas possuía 27 médicos e 15 advogados, em 1938 eles somavam, respectivamente, 55 e 37 profissionais. Podemos observar que enquanto o número de médicos praticamente dobrou, num período em que a população cresceu entre 60% e 70%, a presença de advogados aumentou num ritmo bem maior. Um possível fator para esse significativo incremento no número de advogados foi o surgimento da

¹¹ Parte destas possibilidades de estudo foram pensadas e trabalhadas por Jéssica Rodrigues Peres na Semana Acadêmica de História da UFPel, quando bolsista de iniciação científica-FAPERGS (2017).

¹² Na realidade, retrocedendo no tempo e cruzando com inventários post-mortem, registros paroquiais de batismo e casamento, listas de qualificação de votantes e da guarda nacional, além de outros dados biográficos, é possível reconstituir a história das famílias em duas ou mais gerações.

Faculdade de Direito de Pelotas, em 1912, que certamente favoreceu a colocação de um maior número de bacharéis em Direito no mercado. Ainda carecemos de um estudo que dê conta da formação e atuação desses profissionais liberais na cidade, mas é provável que a abertura de cursos jurídicos no Rio Grande do Sul tenha favorecido o acesso a estudantes que não pertenciam aos estratos mais ricos da localidade.

Neste âmbito, alguns profissionais se destacavam mais que outros, permanecendo mais tempo em atividade. Entre os médicos, temos os exemplos de Frederico Romano, Eduardo Sicca, Francisco Amarante e Francisco Simões Lopes, que clinicaram por mais de 20 anos na cidade, ao contrário de João da Silva Silveira que aparece somente em uma das listas. Entre os engenheiros e advogados ocorria o mesmo. Tais fatores não significam que alguns eram profissionalmente mais competentes do que outros, pois é possível que, por diferentes motivos, suas carreiras profissionais tivessem continuidade em outro município ou que os mesmos mudassem de ocupação econômica ao longo do tempo.

Um dos traços das elites brasileiras, desde o século XIX, era a alta diversidade de ocupações entre os indivíduos. O bacharel em Direito que também era proprietário de terras talvez seja o mais comum exemplo. Pertencendo a famílias de fazendeiros, muitas vezes os filhos herdavam as terras, permanecendo vinculado à tal atividade agrária. Neste sentido, também devemos destacar a presença de médicos que também eram grandes proprietários de terras em Pelotas, como Edmundo Berchon des Essarts e José Brusque, que pontuavam entre os principais fazendeiros do município, segundo o *Almanack*. A família Brusque estava tradicionalmente associada aos altos escalões da elite local, desde os tempos do Império. Mas além dos médicos e advogados que também eram grandes fazendeiros, também temos os engenheiros-fazendeiros, como Manuel Luís Osório e Idefonso Simões Lopes, que foi deputado federal em várias legislaturas e ministro da Agricultura (1919-1922). Neste sentido, cruzando com outras fontes podemos perceber que as múltiplas ocupações se ampliam quando observamos indivíduos que também tiveram carreiras políticas. Muitos vereadores, prefeitos, deputados estão presentes nas listas do *Almanack* arrolados de acordo com a profissão que exerciam.

Tendo em vista que alguns também escreviam para os jornais locais, podiam atuar como professores na Faculdade de Direito, na Escola de Agronomia ou exercer algum cargo público, o leque de ocupações concentradas por um mesmo indivíduo pertencente a este setor das elites locais torna-se ainda mais significativo. Tal fenômeno não era exclusivo de Pelotas, uma vez que foi comum, desde o período imperial, homens públicos, pertencentes aos setores

das elites, concentrarem cargos, funções e ocupações, algo que reforçava ainda mais o seu posto, vetando o ingresso de novos membros ao grupo. A elite política brasileira caracterizou-se por um forte acúmulo de cargos e funções públicas (CONIFF, 2006).

Outro conjunto de informações importantes contidas nos *Almanacks* diz respeito às atividades econômicas produtivas e mercantis. É sabido que o período aqui estudado, ao mesmo tempo em que viu as charqueadas entrarem em declínio (de 18 estabelecimentos, em 1890, para 5, em 1920) presenciou o crescimento da orizicultura (em 1914 existiam 2 engenhos de arroz no município, número que saltou para 7, em 1938). O plantio do arroz expandiu-se bastante nas primeiras décadas do século. Algumas famílias, como os Simões Lopes e os Osório, conseguiram migrar de um setor para o outro.

Neste sentido, o coronel Pedro Osório, conhecido na época como “Rei do arroz”, investiu não apenas nos dois setores econômicos mencionados acima. Foi atuante na indústria, no ramo hoteleiro, mas também no setor bancário, sendo sócio de alguns dos primeiros incorporadores do Banco Pelotense. Entre estes estavam o Coronel Alberto Roberto Rosa, Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão do Arroio Grande), Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, Plotino Amaro Duarte e Eduardo Candido Siqueira. Estes homens também diversificavam seus negócios e constam no *Almanack* envolvidos em outros setores.

Alberto Rosa, além de proprietário de três fazendas, era sócio da empresa “Pedro Ozório e Cia”, e também da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e, segundo o Anuário de 1914, um dos maiores proprietários de prédios urbanos em Pelotas. Já o Barão de Arroio Grande era charqueador, fora deputado pelo Partido Liberal no período do Império e vice-presidente do Rio Grande do Sul (LAGEMANN, 1985, p. 89). Quanto a Joaquim Augusto de Assumpção, este fora senador da República, formado em direito, aparece no Anuário de 1914 como um dos principais fazendeiros e proprietários de terra. Outro sujeito de prestígio social era Plotino Amaro Duarte, fazendeiro e empresário nos mais variados ramos, a marca “Plotino Duarte e Filhos” possuía casa bancária, casa de câmbio, casa de comissão e consignação, atuava também no ramo da importação e exportação, além de ter sido sócio de Alberto Rosa na Fiação de Tecidos. Eduardo Siqueira, segundo as informações do *Almanack*, também possuía importante casa de importação e exportação. Assim sendo, tratava-se de um grupo de empresários bastante ricos para o universo local, na qual os investimentos de diversificavam

em diferentes frentes. Evitando a especialização, os mesmos protegiam-se melhor das crises e oscilações do mercado.¹³

Através de Joaquim Augusto de Assumpção chegamos em outra questão interessante. Os dados do *Almanack* nos permitem reconstruir os investimentos familiares nos múltiplos setores da economia local. Além de banqueiro, Assumpção e seus irmãos aparecem entre os principais fazendeiros e outros familiares entre os médicos e advogados. A família Assumpção era aparentada com os Simões Lopes e ambas tinham no comércio e nas charqueadas as origens de suas fortunas. Entre os Simões Lopes também podemos identificar muitos de seus membros nos *Almanacks*. João Simões Lopes estava entre os principais fazendeiros, Justiniano no comércio atacadista e na charqueada, a firma Simões Lopes & Irmão, entre os principais arroteiros, além de outros membros da família entre médicos, advogados e engenheiros. Algumas outras famílias de elite também podem ser destacadas, como os Silva Tavares, os Osório, os Antunes Maciel, os Mascarenhas, os Moreira, entre outras.

Análise das famílias é sempre mais abrangente do que um olhar focado nos indivíduos. As famílias, mesmo com seus conflitos internos, eram o núcleo de extensas redes relacionais que transbordavam para o mundo da política e dos investimentos econômicos. Casamentos e relações de compadrio aproximavam sujeitos que detinham recursos materiais e imateriais em diferentes áreas, tornando-os aliados em potencial. A análise dos sobrenomes das pessoas presentes na lista do *Almanack* ajuda a reconstituir algumas famílias, mas trata-se somente de um empreendimento inicial, pois não permitem identificar o parentesco por via matrimonial, por exemplo, o que exige um cruzamento de fontes de maior fôlego por parte do pesquisador.

Como o nosso artigo está mais focado na análise das elites do município, é necessário tecer outras considerações. Os *Almanacks* talvez sejam mais cruciais, em termos de informações, para o estudo de outros setores sociais, uma vez que as famílias de elite deixam um maior rastro de suas atuações na política e no mundo dos negócios em outros documentos, se comparadas aos menos abastados da sociedade. Muitos trabalhadores e profissionais talvez cheguem aos olhos do historiador somente a partir dessa documentação, como os açougueiros, alfaiates, ferreiros e parteiras, por exemplo. Assim sendo, os *Almanacks* possibilitam um conhecimento mais diversificado e amplo a respeito da complexidade socioeconômica da

¹³ Num contexto de crise internacional desencadeada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise das charqueadas e, posteriormente, a grande crise do capitalismo liberal pós-1929 tal diversificação apresentava-se ainda mais importante.

época. E tal questão serve até mesmo para o estudo das elites, uma vez que nos permitem verificar que grupos de pessoas começam aparecer nas listagens entre grandes fazendeiros, proprietários, comerciantes e industriais e que não pertenciam às tradicionais famílias da localidade.

Um exemplo de que como tais questões podem ser observadas é rastreando os sobrenomes europeus não portugueses, sobretudo os de origem alemã e italiana. Se eles não tinham entrada fácil no ramo das profissões liberais, das grandes fazendas e do charque, no grosso comércio e na indústria eles se destacavam profundamente. Desta forma, podemos acompanhar parte das trajetórias empresariais ascendentes dos mais importantes industriais da cidade, como Carlos Ritter, Leopodo Haertel, F. Lang, M. Sacco, entre outros. No setor arrozeiro, esses imigrantes e seus descendentes chegaram em peso, como João Schild, Menotti Gentilini, C. Menegotto, Carlos Treptow, José Brizolara e o próprio F. Lang. Contudo, o estudo destes setores econômicos ainda carece de pesquisas mais aprofundadas. Tal empreendimento ajudaria a conhecermos melhor os mecanismos de concentração de renda, estratégias de reprodução social e inversão de capitais num período de crise final das charqueadas e processo de urbanização e industrialização. Além disso, conheceríamos mais as motivações dos conflitos intra-elite, a ascensão de novos grupos empresariais, as relações formais e informais entre os mais ricos e os donos do poder político, as redes clientelares e disputas por influência e recursos, contribuindo, assim, para um maior conhecimento da história das elites no sul do Brasil.

Considerações finais

Exercitamos no presente artigo somente algumas das muitas maneiras de se trabalhar com essa documentação. Conhecer melhor estas pessoas e famílias pode auxiliar na compreensão de quais grupos foram mais influentes em traçar os rumos que Pelotas apresentou nas décadas posteriores, uma vez que as decisões políticas e econômicas tomadas pelas elites tendem a ser mais contundentes e marcantes do que aquelas tomadas pela maior parte das pessoas. Pesquisas futuras podem nos ajudar nesse sentido. O que é possível afirmar é que somente estudos que aprofundem a análise para além da perspectiva quantitativa podem iluminar melhor estas questões. Assim sendo, faltam trabalhos que nos ajudem a definir a posição de todos eles nessa hierarquia socioeconômica que vinha se reconstruindo após a abolição da escravidão, a crise das charqueadas, a industrialização e a urbanização local. As relações familiares, o favorecimento típico dos espaços no qual o público e o privado se

confundem, as alianças matrimônias e as estratégias de atuação nos distintos ramos também merecem ser mais bem investigados. Tudo isso sem perder de vista os espaços de notabilidade e sociabilidade que geravam certa distinção, atraíam os olhares da população e reforçavam a posição e imagem que desejavam consagrar nas páginas de jornais, álbuns fotográficos, festas e cerimônias públicas. Todos esses movimentos ainda não foram muito bem estudados, de forma que o presente texto, inserido num projeto de pesquisa mais amplo, busca apresentar ao leitor algumas fontes documentais que ajudam a caracterizar a população pelotense e parte de suas elites num momento-chave de tais transformações socioeconômicas e políticas.

Bibliografia

ANJOS, Marcos Hallal dos. Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Dissertação de Mestrado em História. PUCRS, 1996.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

CONIFF, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-122.

FERRARETO, Maria Karina. “Sociedade não tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1994-1913)”. Dissertação de Mestrado. PPG-História, UFRGS, 2017.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GOUVÊA, Melissa X. Mísera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928). Dissertação de Mestrado em História. PURCS, 2015.

LAGEMANN, Eugenio. O Banco Pelotense. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 89.

LIMA, Edna Lucia Cunha; FIGUEIREDO, Ana Luísa; CIDRINI, Carlos A. Fontes toscanas no Almanak Laemmert do Rio de Janeiro durante o século XIX. In: SPINILLO, G. et al. (Eds). Anais do 7º Congresso Internacional de Design da Informação/Proceedings of the 7th Information Design International Conference, CIDI 2015, Blucher Design Proceedings, n.2, v.2. São Paulo: Blucher, 2015.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert. (1844/1859), 2007.

MAGALHÃES, Mario Osório. Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1996.

PESAVENTO, Sandra. República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

POMATTI, Angela B. Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura (1890-1930). Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2011.

SALABERRY, Jeferson Dutra. A agroindústria no bairro do Porto: Pelotas-RS (1911-1922). Dissertação de Mestrado. PPG-Arquitetura e Urbanismo, UFPel, 2012.

VARGAS, Jonas M. Abastecendo plantations: a inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). História (São Paulo), v. 33, n. 2, dez. 2014, p.540-566.

VARGAS, Jonas M. “Os Barões do charque e suas fortunas”: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas; PERES, Jéssica Bandeira. A cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites: novas fontes documentais para o seu estudo (década de 1910). In: KLEIN, Ana I. et al (Orgs.). Estudos de História Platina. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 251-276.

VIEIRA, Sidney G. A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social de espaço urbano em Pelotas. Pelotas: EdUFPel, 2005.

VOLKMER, Márcia S. “Onde começa ou termina o território pátrio”: os estrategistas da fronteira, empresários uruguaiois, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). Dissertação de mestrado em História, Unisinos, 2007.